

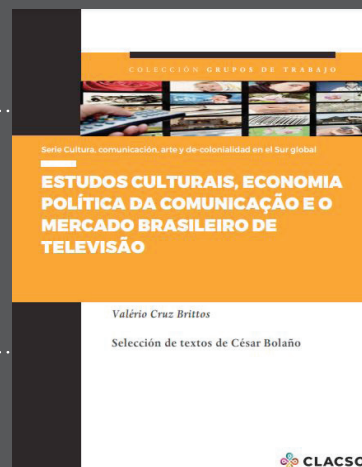
## A CONTRIBUIÇÃO DE VALÉRIO CRUZ BRITTOS À PESQUISA EM COMUNICAÇÃO

THE CONTRIBUTION OF VALÉRIO CRUZ BRITTOS TO RESEARCH  
IN COMMUNICATION

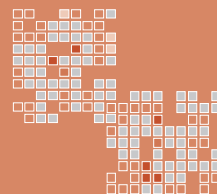
LA CONTRIBUCIÓN DE VALÉRIO CRUZ BRITTOS A LA  
INVESTIGACIÓN EN COMUNICACIÓN

Livro Resenhado

BRITTOS, Valério Cruz. *Estudos culturais, economia política da comunicação e o mercado brasileiro de televisão*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. Disponível em: <https://www.clacso.org/wp-content/uploads/2022/07/Estudos-culturais.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.



147



### Anderson David Gomes dos Santos

■ Professor da Unidade Educacional Santana do Ipanema/Campus Sertão da UFAL. Vice-coordenador do Grupo de Trabalho de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura da Associação Latino-Americana de Investigadores em Comunicação (ALAIIC). Doutor em Comunicação pela Universidade de Brasília. Pesquisador da Rede Nordestina de Estudos em Mídias e Esporte (ReNEme) e vice-líder do Grupo de Pesquisa Crítica da Economia Política da Comunicação (Cepcom/UFAL/CNPq).

■ E-mail: [anderson.gomes@santana.ufal.br](mailto:anderson.gomes@santana.ufal.br)

**RESUMO**

O livro traz as contribuições teórico-analíticas de Valério Cruz Brittos aos estudos da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPC), considerando a disputa epistemológica e o contexto histórico do capitalismo contemporâneo.

**PALAVRAS-CHAVE:** DISPUTA TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA. PRODUÇÃO AUDIOVISUAL. ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, DA COMUNICAÇÃO E DA CULTURA.

**ABSTRACT**

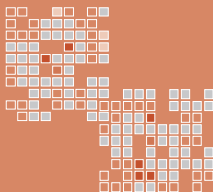
The book brings the theoretical-analytical contributions of Valério Cruz Brittos to the studies of the Political Economy of Information, Communication and Culture (EPC), considering the epistemological dispute and the historical context of contemporary capitalism.

**KEYWORDS:** THEORETICAL-EPISTEMOLOGICAL DISPUTE. AUDIOVISUAL PRODUCTION. POLITICAL ECONOMY OF INFORMATION, COMMUNICATION AND CULTURE.

**RESUMEN**

El libro trae las contribuciones teórico-analíticas de Valério Cruz Brittos a los estudios de la Economía Política de la Información, la Comunicación y la Cultura (EPC), considerando la disputa epistemológica y el contexto histórico del capitalismo contemporáneo.

**PALABRAS CLAVE:** DISPUTA TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICA. PRODUCCIÓN AUDIOVISUAL. ECONOMÍA POLÍTICA DE LA INFORMACIÓN, LA COMUNICACIÓN Y LA CULTURA.



O livro eletrônico *Estudos culturais, economia política da comunicação e o mercado brasileiro de televisão* foi produzido pelo grupo de Trabalho de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura (EPC) do Clacso (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais), num projeto de resgatar autores históricos do campo crítico comunicacional. Neste caso, Valério Cruz Brittos, brasileiro falecido em 2012 e que foi fundamental para a estruturação do subcampo da EPC na América Latina.

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brittos foi professor do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) e ocupou diversos cargos de relevância em associações ligadas à Comunicação.

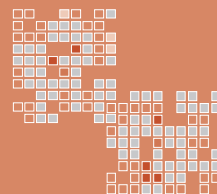
Na pesquisa, criou o grupo Comunicação, Economia Política e Sociedade (Cepos), de relevância na formação de pesquisadoras e pesquisadores na análise da produção e do mercado audiovisual em meio à convergência entre os setores de radiodifusão, telefonia e telecomunicações e da re-regulamentação dos mercados.

Com textos selecionados por César Bolaño, o livro agrupa artigos publicados de 1997 a 2011, com alguns ajustes textuais para evitar repetições, configurando-se como a obra de maior fôlego de Brittos no subcampo da EPC. A obra está dividida em três partes: “Estado, globalização e neoliberalismo”, com um capítulo mais longo; “TV segmentada, multiplicidade da oferta, barreiras e o mercado brasileiro de televisão”, com cinco capítulos; e “Economia política, estudos culturais, interdisciplinaridade e democracia”, formado por quatro capítulos.

A parte 1 contextualiza o cenário das funções estatais em tempos de grande discussão sobre a globalização, com efeitos de novas possibilidades de extensão da mercantilização e concentração de mercados, inclusive da informação e da comunicação, agora em forma global.

A preocupação sobre esse processo, que vem com perda de poder do Estado em detrimento ao aumento do capital privado, é ponderada com a indicação da necessidade deste contar com aquele em momentos de crise, algo que se vê nos anos seguintes. De maneira que “não há uma neutralidade da entidade estatal, em favor da *liberdade* de mercado, até porque a decisão no sentido mercadológico já implica uma tomada de decisão, claramente beneficiadora dos detentores do capital [...]” (Brittos, 2022, p. 57, grifo do autor).

A parte 2 começa com o capítulo “Televisão a cabo: funcionamento e desenvolvimento”. Trata-se de levantamento histórico e contextual e definições quanto aos sistemas de TV a cabo até aquele momento. Destaque para as colocações sobre a TV segmentada a partir da internet, realidade que só vai se aproximar duas décadas depois, com os aplicativos:



*A concretização desse sistema prevê que o computador seja previamente informado das áreas de interesse do receptor. Assim, ao invés do telespectador ter que optar, entre uma infinidade de canais, o que assistir, o receptor, no momento que lhe for mais conveniente, poderá assistir aos programas que se coadunam com seu perfil. Deixando a transmissão de ser em tempo real, e com o televisor/computador apanhando (e podendo editar) os programas de interesse do receptor, cada vez mais os canais serão temáticos, preocupando-se em gerar uma programação uniforme. (Brittos, 2022, p. 70).*

O terceiro capítulo passa por questões teóricas importantes para o que será desenvolvido a partir dali na EPC brasileira, caso da adaptação da economia heterodoxa sobre a concorrência, compreendendo as duas barreiras de mercado infocomunicacionais, estético-produtivas e político-institucionais – que voltaremos mais à frente, pois há capítulo com melhor desenvolvimento sobre.

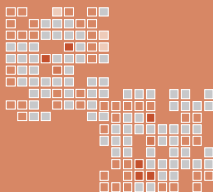
Nessas condições, Brittos (2022, p. 83) define o oligopólio diferenciado como a marca das indústrias culturais, pois:

*[...] a disputa acontece devido à diferenciação do produto, havendo um esforço competitivo concentrado em publicidade, comercialização e inovação de produtos, não sendo habitual a concorrência em preços. Comparativamente com o oligopólio concentrado, no diferenciado o grau de concentração técnica e econômica é inferior. A natureza das barreiras à entrada não se prende a economias técnicas, nem ao volume mínimo de capital, mas sim às economias de escala de diferenciação, ligadas à persistência de hábitos e marcas. Manifestam-se as barreiras estético-produtiva, político-institucional e financeira.*

A segunda metade do texto é para apresentar as fases do oligopólio que recém se desenhava na TV fechada, com legislação sendo barreira importante, com o padrão Globo como importante para os canais Globosat.

O quarto capítulo situa esta fase de mais agentes produzindo audiovisual, com o autor denominando-a de Fase da Multiplicidade da Oferta, cujo marco seria a partir da Lei do Cabo (1995). Isso é efeito da globalização e da deriva neoliberal de abertura dos mercados para o capital estrangeiro, algo vislumbrado por Brittos e que só vai se confirmar na lei de serviços condicionados a pagamento, Lei nº 12.485/2011.

A ponderação sobre a queda das barreiras da Globo é fundamental ao final. O início dos anos 2000 traz problemas financeiros para o Grupo (e para a Abril), mas o padrão seguiu e segue como marca importante também em tempos de *streaming*, com a novela sendo o grande conteúdo.



Dando continuidade à discussão sobre os desafios do Grupo Globo com a concorrência na TV paga, mas também os conteúdos populares/cos na TV aberta, há em seguida um texto sobre a “Disputa e reconfiguração na televisão brasileira”.

Apresenta-se a fragilidade das barreiras à entrada da Globo, mas também as novas estratégias de mercado para lidar com isso e se manter líder. Este processo é contextualizado no capitalismo contemporâneo, em que há uma “necessidade crescente de diferenciação”, algo possibilitado cada vez mais pelas novas tecnologias digitais de informação e comunicação, entendidas numa visão não apologética, ou seja, pela necessidade de serem “interpretadas como resultado na necessidade de expansão do capital, das formas de diferenciação do produto e da comunicação com o consumidor” (Brittos, 2022, p. 116).

Para finalizar a segunda parte, uma das maiores contribuições para a EPC, que é a taxonomia das barreiras da televisão. Este capítulo apresenta uma das principais contribuições de Brittos ao subcampo da EPC, ao adaptar a tradição teórica utilizada por César Bolaño em outros textos, oriunda da economia heterodoxa e dos estudos da concorrência, para tratar da disputa concorrencial na TV.

O padrão tecno-estético ou sistema tecno-estético apresenta-se como barreira fundamental, denominada pelo autor como estético-produtiva, para um mercado que lida com o simbólico e precisa da atualização de conteúdos. Enquanto a político-institucional dialoga diretamente com os estudos sobre políticas de comunicação e cultura, ao tratar da regulação.

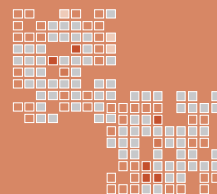
Algo relevante do que temos de estruturas de mercado hoje, com mudanças estruturais do Grupo Globo em direção às formas de concorrência convergentes, mas com o *streaming* (GloboPlay) dividindo a prioridade com a TV aberta, é importante considerar que “As mudanças são mais possíveis nas fases de modificações de padrões tecnológicos e alterações drásticas de políticas econômicas, mas podem ocorrer devido a questões próprias da empresa líder [...]” (Brittos, 2022, p. 143).

A parte três do livro traz possibilidades de diálogo com outros dois subcampos científicos: Estudos Culturais (EC) e as Políticas de Comunicação e Cultura.

Abre-se essa parte com o resgate da grande discussão na disputa epistemológica entre EC e EPC. O autor aponta que a preocupação com o consumo/recepção sempre esteve presente na EPC, mas com suas particularidades quanto à mercadoria-audiência.

Brittos (2022, p. 147) considera que o consumo é uma etapa importante da produção e circulação de mercadorias no capitalismo, de maneira que este “se reproduz e se amplia a partir da criação de carências, provocadoras de disparos de consumos, de produtos antigos e novos, criados a todo o momento e sentidos pelo consumidor como indispensáveis”.

Essa etapa é fundamental para a EPC que, como admite o autor, precisaria de mais estudos:



*Talvez seja o momento de projetar estudos de recepção no âmbito da Economia Política da Comunicação, evidentemente valorizando a função do público no processo comunicacional, de legitimador (inclusive como pagante direto ou indireto) dos bens simbólico-comunicacionais. Mas isto não significa a equiparação das forças da produção e da recepção, sabidamente relações assimétricas (Brittos, 2022, p. 148).*

Neste sentido, mais do que acentuar as divergências, busca demarcar um posicionamento interno sobre o interesse do subcampo, mas com abertura para diálogo com os EC. De um lado, ganha-se por uma perspectiva de cultura ampliada; do outro, uma versão/base mais completa de análise a partir das contradições do capitalismo.

Quase 20 anos após a publicação deste texto, percebemos que a EPC ainda tem muito a caminhar em projetos que tratem da recepção, seguindo a crítica ponderada válida a ser pensada pelo subcampo.

Seguindo com a discussão de temas teóricos importantes, o oitavo capítulo traz um diálogo muito importante sobre conceitos relevantes da América Latina, caso de mediação, com a proposição considerando os elementos de base político-econômica.

Ao comentar sobre os “campos” a partir de Bourdieu para analisar as possibilidades de construção nas brechas, Brittos segue para um diálogo com Jesús Martín-Barbero, que indica diferenças e possibilidades de construção a partir da sua teoria.

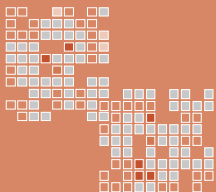
Além disso, traz reflexões importantes sobre a etapa do consumo e como a mediação midiática não é única. De maneira que é necessário compreender que “Os processos de mediação atingem o que é produzido e a forma como habitualmente os receptores recebem os bens simbólicos, num engendramento de condicionamentos colados às condições sócio-econômico-culturais de produção, distribuição e consumo” (Brittos, 2022, p. 162).

Sem seguida, ao discutir “Televisão, regulamentação e democracia na contemporaneidade”, Brittos apresenta o texto mais claramente marxista do livro.

Como proposta geral, o autor aponta a necessidade de um modelo mais democrático de comunicação, mas não esquece que é dentro do capitalismo contemporâneo que se situa, num cenário de novas regulamentações que agradam primeiro ao capital frente às mudanças tecnológicas e à entrada de agentes extra mídia.

O capítulo apresenta uma boa contribuição para um diálogo com os estudos de Políticas de Comunicação, pois:

*[...] considera-se política pública nacional e democrática de comunicação não a simples regulamentação dos fenômenos midiáticos, mas um marco regulamentar (e de*



*investimentos) coerente e amplo, previamente debatido, planejado e construído, visando os interesses da maioria da população e em articulação com as diversas organizações representativas da heterogeneidade do país, a partir de metas econômicas, políticas e culturais, de curto, médio e longo alcance. Tais políticas devem cada vez mais estar relacionadas com estratégias globais e com projetos culturais, tecnológicos e educacionais (Brittos, 2022, p. 174-175).*

O livro termina com uma proposição de padrão tecno-estético alternativo. Considera como fundamental o investimento do poder público em diferentes esferas da produção audiovisual, com grande peso de atuação de universidades e outras entidades da sociedade civil para formação e construção com a sociedade.

Foi justamente neste ponto que Brittos trabalhava no momento de sua morte. A proposição feita por ele precisa ser mais bem trabalhada, especialmente se considerarmos o peso (positivo e negativo) das plataformas de rede social. Para isso, é preciso considerar que:

*Para que seja explorado o conhecimento popular de fazer cultura em prol da própria maioria, recomenda-se a adoção de uma regulamentação capaz de fazer com que o desenvolver audiovisual seja introjetado pelos setores majoritários da população, passando pelo domínio da cadeia de valor do macrossetor no seu conjunto. É o caso de dotar os setores populares de ferramentas para poder processar o seu próprio conhecimento e repassar ao conjunto social, acarretando rentabilidade e sustentabilidade a agentes sociais total ou parcialmente excluídos, além do mais gerando externalidades positivas ao todo social (Brittos, 2022, p. 190).*

Os três elementos gerais que dividem as partes de *Estudos culturais, economia política da comunicação e o mercado brasileiro de televisão* demonstram a importância da obra de Brittos não só para o subcampo da EPC, mas também para a Comunicação. Dez anos depois da sua morte, segue sendo necessário resgatar a sua produção teórica e aprofundar as indicações teóricas que, naquele momento, só podiam ser perspectivas, caso da difusão do audiovisual para outras plataformas, normalmente sob pagamento, e as mudanças que se desenhavam na concorrência.

Esse livro se torna uma indicação necessária para qualquer trabalho que busca estudar o audiovisual. Trata-se de um possível clássico da área, organização importante do grupo de trabalho de EPC do Clacso, o que reforçando também a relevância da existência de espaços em rede no âmbito latino-americano para a difusão de autoras e autores locais.

